

COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA
Ata da 5ª Reunião Extraordinária do Comitê do Fundo de Transição

Data: 14 de abril de 2016	Local: Funbio – Rua Voluntários da Pátria 286 – 5º andar – Rio de Janeiro
Horário: 10:30 hs até 16:30 hs	
Número total de participantes: Número De Membros Institucionais: 03 Número De Membros Corporativos: 0 Número De Membros Individuais: 0 Membros Do Governo: 01	
Número de outros participantes 1) Consultor intrínseco – ICMBio - 01 2) Secretaria e outros observadores: 11	
Listagem completa de participantes: em anexo Presidente da reunião: Antonio Paulo de Azevedo Sodré	
Agenda do Dia: <ol style="list-style-type: none">1. Boas vindas, encaminhamentos e deliberações da última reunião.2. Atualizações sobre composições e reuniões<ul style="list-style-type: none">• Comitê do Programa (CP)• Painel Científico de Aconselhamento (PCA)• Ministério do Planejamento no CFT3. Status de criação das novas UCs4. A questão da inserção dos OGs estaduais:<ul style="list-style-type: none">• Visitas aos estados• Contratação de consultoria5. Atualização sobre Condições de Desembolso6. Atualização sobre o Modelo Financeiro e revisão dos relatórios E e F7. Atualização sobre a elaboração do Regimento Interno do Subcomitê corporativo8. Execução Financeira:<ul style="list-style-type: none">• discussão de métricas de monitoramento de execução e melhorias do cérebro• exibição dos dados de execução (1º trimestre de 2016)9. Doação KfW:<ul style="list-style-type: none">• Atualização sobre o primeiro desembolso• Atualização sobre o acordo em separado para o FT10. Atualização sobre processo de contratação de novo gestor de ativos11. Enquadramento na política de investimento12. Andamento do Projeto “Paisagens Sustentáveis da Amazônia” – doação GEF13. Encerramento e confirmação das datas das próximas reuniões do CFT	

Anotadas as presenças de 03 membros doadores do Comitê do Fundo de Transição (CFT), Antonio Paulo de Azevedo Sodré (WWF Brasil), Meg Symington (WWF US) e Christian Lauerhass (KfW), 1 (um) membro do Governo, Moara Giasson (MMA), e do Consultor Intrínseco, o ICMBio, representado por Antonio Sena. Estiveram presentes também, Thiago Barros (MMA), Felipe Starling e Bruno Pulier (Anglo American), Marco Lentini (WWF-BR), Luis Alentejano (WWF), Manoel Serrão, Rosa Lemos,

Ilana Nina, Clarissa Pimenta e Paulo Miranda do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio, instituição encarregada de exercer as funções de Secretaria Executiva do CFT.

O Presidente do Comitê do Fundo de Transição (CFT), Antonio Paulo de Azevedo Sodré, preside a reunião. O Presidente dá início aos trabalhos às 10:30h da manhã declarando aberta a reunião.

I. Item 1 da pauta aprovada: boas vindas, encaminhamentos e deliberações da última reunião e aprovação dos itens da agenda

Paulo abre a reunião apresentando os principais pontos discutidos na última reunião do CFT do dia 14/01/2016. Foram passadas as seguintes informações: 1) aprovação do aporte adicional de R\$ 3 milhões nos POAs das UCs; 2) desembolso do KfW para 2016 a ser acordado com o subcomitê financeiro; 3) a missão de supervisão da fase II do Programa previstas para o período compreendido entre 30/05 e 03/06, no Parque Estadual Cristalino, em Mato Grosso; 4) Relatório L em elaboração pelo Funbio a ser entregue até o final de abril e; 5) elaboração do relatório D pelo MMA com o apoio do WWF a ser entregue em junho. Com relação ao item 4, Ilana informa que já tem os números de execução fechados para março, mas que aguarda o fechamento dos dados pela Pragma. **Em se tratando do item 5, o Thiago informa que está aguardando o relatório pelo WWF com os dados sistematizados e que a previsão de divulgação do relatório é junho de 2016, ficando para a pauta da próxima reunião de julho a apresentação do mesmo.**

II. Item 2 da pauta aprovada: Atualização sobre a composição e futuras reuniões do CP e PCA e MPO no CFT

Dando sequência, o Presidente passa a palavra para o Thiago e Moara. Thiago se apresenta e inicia sua fala acerca da nova composição do Comitê do Programa (CP). Informa que a terceira vaga reservada ao MMA ficará entre a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental - SMCQ – ou a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural - SEDR. Ressalta também que o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) ainda não deu retorno sobre sua indicação. O Ministério da Fazenda já indicou seu representante, sendo da sua Secretaria de Política Econômica. Já os representantes dos OGs Estaduais serão indicados por meio da ABEMA, em caráter rotativo, participando de forma efetiva, com direito a voto. Feito o convite, foi recebida a manifestação de interesse do Amazonas e do Acre, mas ainda não houve resposta formal da ABEMA. Os representantes da sociedade civil, FVA (AM) e a Ecoporé (RO), foram eleitos por meio do cadastro de entidades ambientais da Região Norte. Thiago esclarece também que os representantes de doadores privados são da WWF, Fundação Moore e Anglo American. Thiago ressalta que será editada uma Portaria Ministerial indicando estes representantes para validação. Não é obrigatória indicação de suplente, mas o MMA se posiciona favorável quanto a este procedimento, visando garantir a participação nas reuniões do CP da maioria das instituições envolvidas, considerando possíveis conflitos de agenda. Neste sentido, foram enviados ofícios a WWF, Fundação Moore e Anglo American solicitando tais indicações. Por fim, Thiago informou que será formalizada uma nova consulta ao MPOG, ressaltando a necessidade da indicação. Ideal que

já se tenha esse representante para a reunião de apresentação do CP que o MMA pretende realizar em maio de 2016.

Com relação ao Painel Científico de Aconselhamento (PCA), Thiago esclarece que a reunião está confirmada para dia 15/04, onde serão discutidas as propostas de criação de novas unidades, a elaboração de Plano de Trabalho para 2016, a construção de protocolos de monitoramento – Fase III, contemplando a atualização dos dados de paisagem, o uso dos recursos naturais e os benefícios socioeconômicos. Thiago relata que há um avanço no desenvolvimento de proposta de protocolo de monitoramento de benefícios socioeconômicos, em conjunto com a WWF-Brasil, já tendo sido contratado especialista para dar andamento a este processo, atuando como facilitador no levantamento de métodos de trabalho para construção do modelo a ser adotado. Thiago ressalta a importância de poder contar com especialistas no PCA que fizeram história dentro do Projeto. Por fim, informa que a última atualização do Mapa de Áreas Prioritárias data de 2007 e que o processo está atrasado devido à necessidade de um alinhamento metodológico, a ser resolvido brevemente a partir de validação pelos dirigentes da SBF. O processo de contratação de consultoria para atualização do mapa está em andamento, sob coordenação do Departamento de Ecossistemas – DECO/SBF.

Moara informa que está prevista a participação do PCA na elaboração do documento das áreas prioritárias, que é um documento de elaboração longa e muito participativa, sendo construído a partir de diversas oficinas locais com a sociedade civil, pesquisadores locais, ONGs e tanto a WWF como demais interessados podem se envolver no processo. O TdR para a contratação de consultoria ainda não está fechado, mas assim que estiver será divulgado amplamente para ciência das atividades que serão desenvolvidas. Paulo Sodré ressalta a importância de fazermos com que o novo PCA esteja mais próximo do programa, ao contrário do que ocorreu nos últimos anos. Thiago coloca que na reunião do PCA de 15/04 pretende-se avançar nestas tratativas, construindo uma agenda propositiva.

III. Item 3 da pauta aprovada: Status de criação das novas UCs

Thiago informa que existem atualmente 15 propostas de criação, totalizando 5 milhões de ha. Dessas propostas, 5 são federais com estudos finalizados em condições de serem avaliadas, chegando a um total de 2,9 milhões de hectares. Encontram-se em negociação na Casa Civil. Moara alerta para a possível necessidade de revisão da meta de criação de 6 milhões de hectares da Fase III, já que o cenário político não está favorável às criações e os processos apoiados hoje estão concentrados na Fase II.

Existem outras 3 propostas de criação de novas UCs no estado de Roraima, no total de 868 mil hectares. Para o apoio a estas UCs é necessária assinatura de ACT entre Funbio, MMA e estado de Roraima, que está sendo providenciada. Cabe ressaltar que é a primeira vez que o estado irá se

beneficiar dentro do Programa, pois até o momento apenas UCs federais eram beneficiadas em RR. As outras 7 propostas são de criação de UCs estaduais, e já vem sendo apoiadas pelo programa.

Marco Lentini coloca a importância de desenvolver-se um protocolo justo de avaliação e seleção das áreas para adesão ao programa, que muitas vezes acaba sendo baseada no conhecimento individual de cada um ao invés de uma análise mais ampla com identificação de lacunas e um protocolo baseado em uma metodologia pré-definida. Thiago comenta que devido a esse problema foi montado um grupo de trabalho com participação da WWF e MMA para avaliar e definir os critérios de representatividade das áreas e identificar áreas de prioridade em termos de adicionalidade. Rosa questiona a área média das UCs com previsão de criação pelo ARPA, que é de 200.000 hectares, havendo algumas UCs de 30.000 ha, o que é inferior à média inicial de 500.000 ha. Considerando que o recurso disponível é limitado e que áreas pequenas geram um custo maior, questiona se deve ser estabelecido um limite máximo de área apoiada pelo programa, já que a meta inicial de 60 milhões de ha já foi praticamente atingida. Moara lembra que apoio à criação de áreas não significa que estas serão necessariamente apoiadas pelo programa para consolidação, e reforça que o engajamento de uma UC pequena pode trazer apoio a áreas maiores. Além disso, a inclusão dessas pequenas UCs estaduais visa a estimular uma maior participação dos estados até então pouco participativos no programa, como o Tocantins. Thiago informa que atualmente o apoio à criação de novas áreas está sendo feito através da Fase II do Programa e que o custo médio é de 300 mil desde a fase de diagnóstico até a fase de consulta pública. Coloca também que no passado havia mais oportunidades para a criação de grandes UCs, o que atualmente é mais difícil.

IV. Item 4 da pauta aprovada: A questão da inserção dos OGs estaduais:

Thiago informa que está prevista entre os dias 23 e 25/05/2016 uma reunião com o estado do Acre envolvendo MMA, SEMA/AC e WWF. Para o estado do Amapá, Thiago declara que houve conversa com Secretário do estado, Marcelo Creão. O Secretário se comprometeu em cooperar com a execução dos recursos, bem como dar estabilidade à equipe para alcance dos objetivos consolidando o processo de gestão. A equipe foi capacitada pelo Funbio mais uma vez em março de 2016. Em se tratando do estado de Mato Grosso, houve o compromisso do Coordenador de UCs, Alexandre Batistela, com a contratação dos planos de manejo bem como no emprego de recursos de compensação ambiental e proposta de realização da etapa de campo da Missão de Supervisão do Banco Mundial no PE do Cristalino. Thiago fez um convite a todos os membros do CFT para participação na Missão de Supervisão do Banco Mundial, a realizar-se entre 30/05 e 03/06/2016. Paulo pergunta se o Funbio está presente em outros estados na gestão dos recursos de compensação. Rosa declara que foi desenhada uma proposta para Rondônia mas que esbarra nas questões tributárias. O Amazonas tem poucos recursos de compensação, assim como o Amapá. O Pará tem bastante recursos de compensação, mas falta vontade política. Thiago volta à missão de campo e reforça o convite aos membros deste Comitê. Paulo deixa registrado o interesse em participar.

Dando sequência ao assunto da pauta, Thiago informa que recebeu 21 propostas para o estudo de qualificação e sistematização dos dados financeiros de estados e ICMBio, sendo selecionadas 4 propostas para a fase de entrevista para conhecer melhor o perfil e o compromisso do proponente. Em seguida será estabelecido cronograma de visita aos OG estaduais e federal para ajuste e melhorias. O escopo da consultoria será no sentido de olhar como o sistema é atualmente estruturado e propor melhorias. Thiago informa que está preparando uma carta de apresentação. Se preciso for a própria UCP acompanhará o consultor. Manuela pergunta se o consultor conseguiria atuar somente no nível técnico ou se seria necessária uma articulação com os secretários. Thiago considera interessante fazer uma comunicação em nível de coordenação política com secretários ou governadores dos estados, apresentando a iniciativa e pedindo a colaboração. Tanto o WWF quanto o Funbio auxiliam nessas parcerias e na construção do estudo.

Para as ações de comunicação, Thiago esclarece que foram recebidas 55 propostas para seleção de profissional para planejamento e coordenação da agenda de comunicação do ARPA/SNUC em curso, sendo selecionadas 16 propostas. A fase de entrevista e diálogo com os parceiros interessados está sendo concluída, prevista para 22/04. Informa também que o Plano de Comunicação do Programa está sendo desenvolvido, e que a ideia é identificar e focar no público próximo da questão ambiental, mas que não conhece o Programa.

V. Item 5 da pauta aprovada: Atualização sobre Condições de Desembolso:

Thiago apresenta a tabela de atualização das condições de desembolso, abaixo transcrita, e passa a discorrer sobre cada condição:

Nº	Condição de Desembolso	Status
1	MOP do ARPA alinhado com o Objetivo do Fundo de Transição	• Atualizado em outubro de 2015
2	Inexistência de perda líquida de UCs	• Ganho líquido de 6,7 milhões de hectares (59,2 Mha)
3	Relatórios Financeiros por UC	• ICMBio, AC, AM e TO enviaram contrapartida 2015 Consultor para detalhamento dos dados financeiros dos OG em fase de seleção
4	Plano de Consolidação	• Planos federal e estaduais elaborados em acordo com as metas do Programa

5	Requerimento por parte do MMA de Recursos adicionais para complementar o FT	<ul style="list-style-type: none"> - KFW (€31 milhões) – acordo em separado em análise pela Conjur/MMA; - GEF (US\$ 30 milhões) – PAD em elaboração; • BNDES (R\$ 80 milhões) – Funbio e MMA preparam nova proposta de Projeto ao Fundo Amazônia.
6	Aumento da execução orçamentária do ICMBio em 2014	<ul style="list-style-type: none"> • Meta alcançada
7	Monitoramento da conservação da Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • Meta de 5 UCs federais do ARPA implementada (12 UCs em processo de implantação e 7 UCs em processo de capacitação); • Plano de implementação nas UCs estaduais elaborado (dez/15) e em implementação;
8	Criação de novas UCs (conforme planejamento)	<ul style="list-style-type: none"> • 25% da Meta (741.731 ha criados – Meta: 3 Mha até 2015) • 15 propostas (4.999.791 ha) em diferentes fases
9	Aumento dos recursos Financeiros não- salariais	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de recursos para ICMBio, AM, TO (acima do projetado), AC (aquém do projetado) • Consultor para qualificação dos dados financeiros em processo de seleção
10	Desempenho de consolidação	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de consolidação elaborados em acordo com as metas do Programa • Atualização a partir da FAUC 2016 – jun/jul
11	Número Funcionários	<ul style="list-style-type: none"> • Conforme Plano de Consolidação das UCs • 68 % (36) das UCs em grau I alcançaram a meta de 2 gestores por UC • 24% (9) das UCs em grau II alcançaram a meta de pelo menos 5 gestores por UC • Atualização a partir da FAUC 2016 – jun/jul

Thiago esclarece que a 1ª condição de desembolso está atendida, tendo o manual sido atualizado em outubro de 2015.

No que se refere a 2ª condição, Thiago informa que vem recebendo, desde final de março, os relatórios de contrapartida e de ações do programa e que os estados do Acre, Amazonas e Tocantins já enviaram as informações.

Com relação à 3ª condição, Thiago informa que o MMA recebeu até o final de março os relatórios de contrapartida e contribuição às ações do programa por parte dos órgãos gestores. ICMBio, Acre, Amazonas e Tocantins enviaram os relatórios, e o restante dos estados está sendo cobrado pelo envio das informações que servirão como subsídio para a atualização dos demais relatórios do programa. Lembra também que a consultoria que está em processo de contratação auxiliará no detalhamento mais refinado dos dados financeiros por órgão gestor e os relatórios devem chegar de forma mais organizada e qualificada, permitindo um melhor entendimento dos financiamentos do sistema de UCs do programa ARPA.

Com relação aos planos de consolidação, Thiago lembra que estes já haviam sido elaborados com o ICMBio anteriormente e ao longo de 2015 foram desenvolvidos com os demais estados, em conjunto com a renovação dos ACTs que estavam em final de vigência. Atualmente os planos de consolidação com todos os estados parceiros estão atualizados e alinhados com os compromissos estabelecidos para o próximo biênio, e os ACTs renovados. Paulo Sodré pergunta se isso vale para todas as UCs do programa (Fase II e Fase III/FT), e Thiago confirma que sim. Pergunta também se há previsão de passagem das UCs de grau I para grau II. Thiago explica que essa divisão foi criada na época de transição da Fase I para a Fase II do programa e considerou os recursos financeiros disponíveis na época, mas pode ser feita uma revisão com base na modelagem financeira atual. Paulo concorda.

Para a condição nº 5, Thiago reforça que estão dedicando esforços para a celebração do acordo em separado com o KfW. O acordo em separado encontra-se atualmente na consultoria jurídica do MMA, sendo prevista a sua assinatura até o final do mês de abril. A partir da assinatura do acordo, o KfW poderá fazer o primeiro desembolso. Espera até o final do ano submeter o PAD - Project Appraisal Document ao GEF para avaliação. Para o aporte dos recursos do BNDES, o Funbio e o MMA preparam nova proposta de Projeto ao Fundo Amazônia. Paulo pergunta se MMA tem contato com algum representante da Noruega em Brasília. Moara diz que dentro do MMA não teria. Paulo ressalta que se existir deveria ser convidado para participar da próxima reunião. Moara diz que poderia consultar via Embaixada. A assessoria internacional do MMA poderia fazer essa consulta. A participação desta pessoa na reunião do Comitê seria interessante para se inteirar de como as discussões do Programa são feitas.

TAREFA 1: Moara e Thiago ficaram com a tarefa de identificar a pessoa.

Para a condição nº 6, Thiago informa que a meta foi plenamente alcançada, e o ICMBio encaminhou relatório de contrapartida reportando que superou a meta estabelecida para 2015. Nos próximos anos em função de ajustes fiscais o trabalho será dificultado, e deve ser feito um esforço para mapear todos os investimentos que as UCs recebem por meio de outros projetos e parcerias e que não são incluídos nos relatórios de recursos investidos nas UCs, para que possam ser reportados de maneira sistemática. Christian pergunta se o aumento de recursos para o ICMBio se traduziu em mais contratação de pessoal. Antonio Sena informa que houve concurso público do ICMBio em 2014 que resultou na contratação de 35 servidores para Unidades mais críticas. Em 2015 não houve concurso público. Atualmente o MPOG não autorizou nenhum concurso em qualquer área. Moara confirma que precisa fazer uma avaliação do quantitativo de pessoal nas Unidades e avaliar onde tem mais carência. Afirmo a necessidade de estudar alternativas de alocar pessoal sem concurso público. Buscar alternativas, como por exemplo via Fundo, para contratar pessoas da região, evitando o modelo de servidor estável. Paulo ressalta a importância de usar o pessoal local e que conhece bem a região. Com concurso público são aprovadas pessoas de outras regiões que não tem esse conhecimento local. Thiago informa que programas de bolsa de estudo e pesquisa e voluntariado podem se configurar em opções para viabilizar a contratação de locais para apoio à gestão das UCs, e vem sendo analisadas pelo ICMBio e UCP/MMA. Paulo não tem opinião formada mas vislumbra maiores resultados na contratação de pessoal local. Thiago esclarece que o MMA estuda outras alternativas de contratação sem concurso, inclusive por meio de parceria com ONGs locais. Moara indica que há um estudo piloto do IPE para obter a avaliação legal para contratação das comunidades para força de trabalho. A partir deste piloto buscar a viabilidade da contratação. Rosa informa que o Funbio acompanha esse estudo do IPE.

A seguir, Thiago informa que o atingimento da 7ª condição, com todos os OGs em condições de implementar os trabalhos de campo e programas de monitoramento. Conforme aprovado na última reunião, foi realizado o aporte de R\$3 milhões para o monitoramento nos POs das UCs. Além desses recursos, há ainda cerca de R\$6 milhões a serem executados pela Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – DIBIO/ICMBio através do PO do subcomponente 4.4 – Monitoramento Ambiental, apoiando também os estados a implementar os protocolos de monitoramento e sistematizar os dados. O ICMBio e MMA vem conversando com o Funbio sobre a importância de utilização desses recursos pelo mecanismo de conta vinculada, viabilizando contratações em campo para a realização das expedições que de outra maneira podem se tornar muito lentas e impeditivas para a execução das rotinas em campo. Thiago explica que há na DIBIO uma pessoa que já foi gestora de UC apoiada pelo programa e por isso tem experiência nos processos. Rosa coloca que o Funbio é favorável à utilização das contas vinculadas das UCs participantes no monitoramento para viabilizar essa execução. Moara diz que o MMA vê um ganho de escala caso a execução pudesse ser realizada diretamente por uma conta gerida pela DIBIO para a implantação dos módulos, já que os recursos de monitoramento das UCs seriam apenas para rodar o monitoramento, e não para a implantação. Rosa lembra que nos últimos anos o MMA tem se posicionado contra a conta vinculada, com utilização de recursos privados por servidores públicos,

e a orientação é reduzir a execução pela conta. Nesse sentido, o Funbio tem buscado alternativas como, por exemplo, contratação de contratos “guarda-chuva” para a aquisição de combustível e alimentação. Rosa ressalta que a criação de uma conta para utilização pelo ICMBio, com sede em Brasília, e não pela UC apoiada pelo programa, é ainda mais complicada e difícil de justificar, trazendo vulnerabilidade ao programa. Moara informa que o MMA prefere que a maior parte dos gastos seja então executada via Funbio (compras e contratações), a partir de solicitações centralizadas pela DIBIO ao invés de solicitações pelas diversas UCs envolvidas. Thiago coloca a preocupação de que por serem aquisições locais e de pequena monta, o processo de *Procurement* via Funbio pode dificultar a execução no tempo necessário. Rosa informa que as aquisições maiores devem ser feitas via Funbio, e as demais necessidades locais poderiam ser supridas pelas contas vinculadas das UCs. Nesse caso, o teto das contas da UCs indicadas poderia ser aumentado de forma a incluir esses gastos do monitoramento. Ilana diz que tendo um planejamento prévio do MMA, o Funbio viabiliza as contratações e pagamentos.

Para a condição nº 8, o Thiago declara que mais de 741 mil hectares de UCs já foram criadas, mas a meta para 2015 era de 3 milhões de ha. Sendo assim, a meta não foi atingida, havendo redução proporcional do percentual de recursos a serem desembolsados correspondente a essa condição.

Em se tratando da condição nº 9, o Thiago informa que o aumento de recursos de contrapartida reportados pelo Estado do Tocantins está acima do projetado e para o Acre está aquém do projetado. Deverá se atentar à correção marginal para os próximos anos, mas a ideia é planejar melhor para os próximos anos.

Com relação a 10ª condição, Thiago esclarece que deverá ser providenciada a atualização da FAUC, com o novo retrato de servidores, planos de manejo etc, bem como o estudo sobre a possibilidade de contratação de consultor especialista em obras, através do POA 2016-2017. Este consultor ajudará na elaboração dos TDRs para contratação dos projetos executivos e das empreitadas. Será feito um levantamento das demandas existentes de maneira que o consultor ofereça 2 ou 3 propostas de construção da estrutura.

Para o atingimento da 11ª condição, o Thiago ressalta a importância de ampliação do corpo técnico das UCs. O desempenho é mais robusto quando a equipe é maior. A partir da FAUC 2016 serão atualizados estes dados de quantitativo de funcionários.

VI. Item 6 da pauta aprovada: Atualização sobre o Modelo Financeiro e revisão dos relatórios E e F

Thiago informa que teve uma reunião com o Funbio para avançar na atualização do modelo financeiro e na revisão dos relatórios E e F. O Funbio entregou um relatório com os dados reais e custos das atividades na Amazônia, e a partir daí deve ser realizado o processo de reavaliação da modelagem financeira de custos. Thiago informa que Jon Tua, WWF-US, entrou em contato por e-

mail, se colocando à disposição para elaboração de um guia para a atualização do modelo de custos. Atualmente a UCP está analisando esta proposta de modelo. A ideia é ter uma oficina como fruto dos resultados e chegar a uma avaliação destes valores. Paulo pergunta se é viável até julho. Thiago diz que sim.

TAREFA 2: Manuela se propôs em cooperar com estes resultados junto com Renata Gatti (MMA), Leonardo Geluda (Funbio) e Jon Tua (WWF-US).

A seguir, o Thiago apresenta o calendário de atividades previstas do Programa:

Abril:

- Oficina elaboração de TdR Plano de Manejo – 10 UCs
- Reunião do Painel Científico de Aconselhamento – 15/04;
- Reunião Comissão de Gestores - 20/04

Maior:

- Reunião do Fórum Técnico – 10/05;
- Reunião Comitê do Programa – a confirmar
- Agenda Governo do Acre – 23-25/05
- Missão de Supervisão Fase II - MT – 30/05 a 03/06;

Junho:

- Relatório D – Efetividade Estendida RAPPAM;
- Monitoramento FAUC

Julho:

- Seminário Integração com Comunidades - Manaus – 10 a 12/07
- Oficina para validação dos limites orçamentários por MR

VII. Item 7 da pauta aprovada: Atualização sobre a elaboração do Regimento Interno do Subcomitê de Doadores Corporativos

Felipe Starling, da Anglo American, apresenta a proposta preliminar de atuação do Subcomitê de Doadores Corporativos, bem como de seu Regimento Interno. Ressalta que tem uma estrutura de proposta preliminar, estabelecendo regras de governança, atribuições dos membros, reuniões, perda de mandato etc, bem semelhante aos moldes do Regimento Interno do CFT. Para tanto, é imprescindível a validação junto ao Funbio. Somente foram colocados os pontos em linhas gerais e como os doadores corporativos poderiam cooperar com o CFT. Informa que a ideia é a reunião deste Subcomitê ocorrer 15 dias antes da reunião do CFT. O objetivo do Subcomitê é contribuir para a governança do Programa. Felipe prefere não entrar em detalhes do funcionamento do Subcomitê porque o Funbio ainda precisa analisar a proposta preliminar. Paulo agradece a iniciativa e informa que é um instrumento bom e será futuramente utilizado para os demais doadores corporativos

TAREFA 3: Fica acordado que na próxima reunião serão discutidos os temas relativos a este assunto, bem como a aprovação do referido Regimento Interno. Felipe se compromete a enviar uma minuta de Regimento Interno para avaliação do Funbio, aos cuidados da Rosa.

VIII. Item 8 da pauta aprovada: Execução financeira Funbio

Manoel Serrão do Funbio apresenta o gráfico de evolução da demanda dentro do Funbio por parte da área de Compras. Informa que a meta é que a solicitação e execução seja feita no prazo máximo de 12 meses, de forma que toda execução caiba neste prazo. A expectativa em 2017 é de 30 a 40% em ganho de eficiência com a adoção das novas modalidades de compras e procedimentos internos. Manoel coloca que um problema do ARPA é a falta de previsibilidade, pois as aquisições são baseadas em solicitações; o que chega em Compras é apenas aquilo que foi solicitado pelos gestores e aprovado por todos os envolvidos no fluxo de aprovações. Compras responde a demandas pulverizadas. Considerando que o Plano Operativo - PO já passa por um processo de planejamento aprovado por todas as instâncias na sua elaboração, poderia se trabalhar com processos de compras que não apenas abarcam solicitações, mas a demanda futura, já prevista no PO. Sendo assim, está em discussão uma mudança na forma de planejamento do PO que eliminaria a necessidade de solicitação pelos gestores, aprovação do ponto focal, UCP e área técnica do Funbio até chegar ao setor de Compras. Isso permitiria uma maior previsibilidade para o processo, trazendo também maior eficiência. A ideia é que esse novo formato de planejamento já esteja disponível no próximo PO (2018), e se possível ainda no segundo ano do PO atual (2017). A elaboração e utilização das especificações padrão, homogeneizando as solicitações e permitindo seu agrupamento em grandes lotes, já vem apresentando bons resultados. Manoel passa a apresentar os gráficos de processos não iniciados por categoria de gastos. O Funbio objetiva sempre o equilíbrio entre o volume solicitado e o executado. Esclarece que vem trabalhando com Compras o estabelecimento de horas-meta para cada compra, permitindo avaliar o desempenho de cada comprador. Passa a apresentar execução da Unidade de Compras por trimestre comparando o mesmo período em 2015 e em 2016. O Funbio acompanha de perto estas melhorias de performance. Pequenas compras e compras temporárias demandaram vários protocolos que precisavam ser atendidos. Cresce com volume atacando com o varejo. Apresenta no gráfico resultados positivos. O ideal é providenciar contratos de fornecimentos que evitam as pequenas compras, os chamados "contratos guarda-chuva". O Funbio resgatou a iniciativa do passado de realizar pregões eletrônicos, tendo um resultado bem positivo. Thiago pergunta qual a estratégia para consultorias que demandam muito tempo da equipe para analisar documentação. Manoel ressalta que já há um resultado positivo com as Oficinas de Planos de Manejo. É necessário ter Termos de Referência - TdRs mais claros, bem como a capacitação dos gestores e dos pontos focais para filtrar estes TdRs, chegando mais "redondos". A ideia é formar mais pessoas na equipe de Compras para trabalhar com temas específicos. Desta forma há a capacitação de mais um comprador dando expertise à equipe. Antes a prioridade era focada na ordem de chegada da solicitação. Atualmente o gestor de compras faz essa análise de acordo com a prioridade dos Projetos. O Funbio também está trabalhando com TI com ciclos trimestrais de entrega dos relatórios. Thiago sugere que tivesse uma dimensão dos prazos nas áreas internas do Funbio. Para se avaliar o prazo que cada área usou e ter um limite

máximo em termos de estratégia, considerando as escalas de prioridade. Manoel diz que está perseguindo isso. Thiago pergunta se o Funbio utiliza a ferramenta de *Business Intelligence* para o devido monitoramento. Manoel informa que atualmente está sendo avaliado através do Sistema Cérebro. Manoel espera que até 2017 os problemas sejam sanados. Paulo sugere a fixação de algumas metas de melhorias. Busca-se primeiro as condições de atendimento das demandas e melhorias dos processos internos. Há um resultado positivo por parte dos OGs, ICMBio e UCP resultando em mudanças na cultura interna do Programa. Alentejano pergunta se tem um plano de priorização dos projetos. O Manoel diz que não. Alentejano pergunta se ajudaria se tivesse e sugere um acordo entre as partes para se chegar a esta priorização. Rosa diz que essa priorização não é tão simples. Será o contexto que irá definir. O ponto focal deveria avaliar o que é prioridade. Manoel ressalta a necessidade de especificação padrão dos bens, tendo em vista a grande combinação que existem para cada bem, assim como o planejamento bem antecipado das solicitações para que Compras possa agrupar tudo numa mesma compra. Christian ressalta a necessidade do monitoramento do impacto na ponta, ou seja, na UC e sugere discussão desse assunto na próxima reunião.

Rosa apresenta os valores de recursos executados e comprometidos no período de 2014 a 2016, por meio de gráficos. O pico de execução explica-se em virtude da aquisição de grandes lotes. A partir de março de 2016, 27 UCs participaram da execução do FT, o que elevou a média mensal para R\$400 mil. Apresentou também a execução anual do ARPA, compreendendo o período de 2010 a 2015, ressaltando que nos últimos 3 anos foram em torno de R\$55 milhões. Ilana informou que estas execuções foram somente de UCs, relativas à Fase II. Não conta, para tanto, o Fundo de Transição. Em relação ao Fundo Transição executou-se até março de 2016, R\$4,3 milhões.

TAREFA 4: Manoel irá elaborar e apresentar ao CFT na próxima reunião um plano de trabalho com atividades e cronograma para entrega de melhorias em processos internos ao Funbio com impacto sobre os prazos para avaliação e processamento de solicitações no sistema, reduzindo o passivo existente e evitando novo acúmulo de solicitações não analisadas.

IX. Item 9 da pauta aprovada: Doação KfW

Christian ressalta que o mais importante é a assinatura do Acordo em separado. Espera-se que a mesma Ministra que assinou o contrato assine o acordo em separado. Moara informa que está em andamento o processo de assinatura, já sendo providenciado o processo interno com toda a documentação e que já se encontra há 2 semanas com a CONJUR/MMA.

X. Item 10 da pauta aprovada: Atualização sobre o processo de contratação do novo gestor de ativos

Christian informa que Aylton enviou a solicitação para contratação do novo gestor de ativos no início de março para Christian e Miguel, mas só houve retorno em abril por parte do KfW por um mal-entendido entre eles. Agora a documentação da pré-qualificação se encontra com Aylton para fechamento. Carsten Sandhop, do KfW, provavelmente não poderá participar presencialmente do

Reinhard

Beauty Contest, e foi solicitado que seja por videoconferência, em inglês. Nesse caso, será necessário traduzir todos os documentos para o inglês. A previsão é de 2 semanas para avaliação do Funbio e KfW sobre a pré-qualificação e convite às empresas. Após esse período, há mais quatro semanas até a realização do *Beauty Contest*, portanto a previsão é de que ocorra em julho com as 3 a 6 empresas selecionadas para apresentação e defesa oral das propostas de investimentos.

XI. Item 11 da pauta aprovada: Enquadramento na política de investimentos

Paulo apresenta a Política de Investimentos do FT, assim como o fluxo de ingressos e dispêndios dos recursos administrados no Brasil. A política de investimentos diz que no Brasil deve ficar apenas os recursos esperados para dispêndios em 4 anos e 20% do que exceder esses 4 anos. Nesse sentido, o fato é que estamos com um pequeno valor no Brasil desenquadrado da política. Esse valor com dados de fevereiro estaria por volta de R\$35 milhões. Enfim, no Brasil deveriam estar investidos apenas R\$98 milhões mas ao final de fevereiro havia R\$113 milhões. O mais simples será ajustar isso sem ter que repassar recursos para o exterior, evitando gastos com IOF, pois entrarão recursos do GEF e KfW que poderiam ser depositados no exterior e não internalizados. Na projeção apresentada não estão inseridos os recursos adicionais do GEF e KfW. Paulo opina que deveríamos ter mais flexibilidade na política e nos investimentos no exterior. Meg concorda em não enviar recursos para o exterior evitando gastos com impostos.

TAREFA 5: Paulo se propôs a enviar os quadros atuais à Meg, Christian e Vecita para discussão no Subcomitê financeiro.

XII - Item 12 da pauta aprovada: Andamento do Programa "Paisagens Sustentáveis da Amazônia" – doação GEF

Thiago apresenta o Programa "Paisagens Sustentáveis da Amazônia". Informa que conseguiu com o GEF a autorização para fazer agrupamento das diversas ações, que a destinação dos recursos será imediata ao FT e que o desenho está sendo providenciado junto com o BM, com vistas a elaborar uma proposta para o GEF. Apresenta os 4 Componentes de trabalho do Programa: 1) Áreas Protegidas da Amazônia Integradas (Arpa); 2) Manejo integrado de paisagem para a promoção da conectividade de áreas protegidas; 3) Políticas e Planos para Produção Sustentável e Restauração em Paisagens e; 4) Fortalecimento institucional e cooperação regional.

Considerando o componente 2, Thiago ressalta que o mesmo se dará entre áreas protegidas, aumentando a viabilidade e adoção de práticas de baixo impacto. As áreas abrangidas serão fora das UCs (APPS, Reservas Legais, áreas indígenas...). Moara ressalta a importância do apoio à gestão integrada destes territórios. Serão apoiadas as cadeias produtivas, bem como recursos genéticos mais processados que tenham valor farmacêutico e não só coleta de sementes para indústria farmacêutica. O componente 4 será baseado na cooperação Sul-Sul, incluindo Peru e Colômbia, com o mapeamento de ações de fortalecimento institucional nos países, bem como a melhoria de produção sustentável em áreas de conservação. Thiago esclarece que o MMA está fazendo o detalhamento dos Componentes de trabalho. Informa sobre a reunião do Comitê Diretivo

do Programa em Lima, no Peru, onde foi definida composição dos membros, sendo 2 do GEF, 2 do BM, 2 do PNUD, 1 do WWF-Peru, 2 do Brasil/MMA, 2 da Colômbia e 2 do Peru. Estabeleceu também periodicidade das reuniões, sendo 4 anuais (3 virtuais e 1 presencial). A presencial está programada para acontecer na Colômbia. No Brasil foram indicados o próprio Thiago Barros e Rodrigo Vieira. Os suplentes não foram definidos.

Thiago passa a apresentar o status atual dos Componente de trabalho do Programa: Componentes 1 e 3 com bom detalhamento; Componente 2 em construção com parceiros e Componente 4 em construção com Peru, Colômbia e Cooperantes. Ou seja, está na fase de detalhamento de atividades, identificando quais tipos de ações serão realizadas com indicadores bem definidos e os custos para estas atividades. Também foram apresentados os critérios para definição de áreas de intervenção do Projeto dos Componentes 2 e 3, sendo: Arco do Desmatamento; Áreas Prioritárias para Prevenção e Controle do Desmatamento; Vetores de Desmatamento (estradas, instalações energéticas, portos); Oportunidades de Conservação e Complementariedade com outras iniciativas governamentais ou da sociedade civil. Com base nestes requisitos, houve um recorte do que se trabalha hoje no bioma amazônico. Na próxima oportunidade será apresentado um mapa mais claro destes componentes 2 e 3.

Por fim, o Thiago apresentou o calendário de atividades do Programa, realizadas e previstas:

Calendário – Realizado

Reunião de seguimento MMA/Funbio/BM – 15/fev/16

Reunião Virtual do Comitê Diretivo – 25/fev/16

Calendário – Previsto

Reunião Virtual do Comitê Diretivo – 25/mai/16

Reunião do Comitê Diretivo – Colômbia – 22-27/ago/16

Envio dos Projetos Nacionais ao GEF – outubro/16

Com relação à reunião do Comitê Diretivo em Colômbia, Thiago esclarece que avaliar o status dos Projeto Nacionais, e das ações de cooperação regional, com vistas à submissão das propostas ao GEF em novembro de 2016. Rosa ressalta a importância deste Projeto do GEF, aportando US\$ 115 milhões para os 3 países.

Alentejano pergunta o que está sendo feito a respeito de mudanças climáticas, com destaque à manutenção das florestas e combate ao desmatamento. Moara destaca a adaptação às mudanças climáticas. Esclarece que os planos de manejos estão sendo construídos, contemplando ou não estes eventos. Dentro do MMA existe estudo para conseguir um refinamento melhor para mensurar os impactos destas mudanças climáticas, prevendo ações que deverão ser tomadas para mitigar os desmatamentos. O evento das mudanças climáticas não é mais encarado como dificuldade e sim

uma forma de capacitar as pessoas para entender melhor estes eventos e buscar estudos de planos de manejo. A ideia é estudar junto ao INPA os efeitos destes eventos e usar esses resultados para a gestão das Unidades. Busca-se internalizar no gestor como a questão climática pode impulsionar suas atividades e não as atrapalhar.

XII. Item 13: Encerramento e confirmação das datas das próximas reuniões do CFT

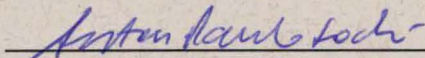
Paulo confirma as datas das próximas reuniões, ressaltando que são as mesmas já agendadas: dia 14/07/2016 em Brasília e dia 17/11/2016 no RJ. Recomenda ao Thiago que as reuniões do CP sejam próximas a reunião do CFT.

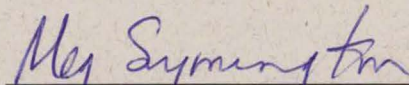
Paulo pergunta aos presentes se tem mais alguma questão a ser considerada. Thiago ressalta que foi proveitosa a reunião e ficou contente com os números de execução que o Funbio apresentou.

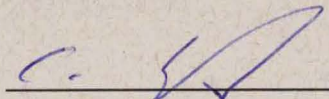
Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião. Lavrada esta ata, lida e achada conforme, assinam-na o Presidente e os membros presentes, bem como a secretária e os demais integrantes da Secretaria Executiva do CFT presentes à reunião.

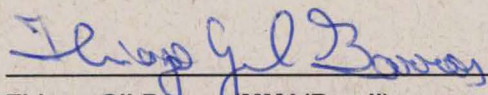
Rio de Janeiro, 14 de abril de 2016.

Membros do CFT:


Antonio Paulo Sodré (WWF/Brasil)


Meg Symington (WWF/US)


Christian Lauerhass (KfW)


Thiago Gil Barros (MMA/Brasil)

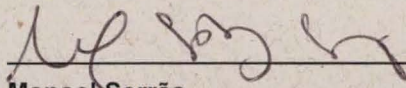
Moara Giasson (MMA/Brasil)

Consultor Intrínseco:

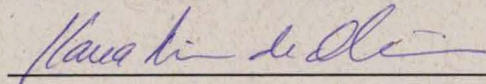
Antonio Sena (ICMBio)

Secretaria Executiva do CFT:

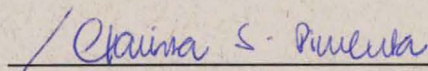
Rosa Lemos de Sá
Secretaria Geral do Funbio



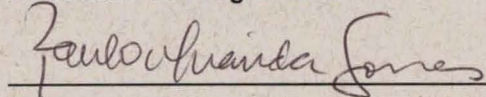
Manoel Serrão
Superintendente de Programas do Funbio



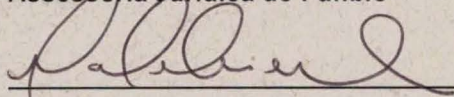
Ilana Nina de Oliveira
Gerente do Programa Arpa no Funbio



Clarissa Scofield Pimenta
Assistente do Programa ARPA



Paulo Miranda
Assessoria Jurídica do Funbio



Manuela Mosse Muanis
Consultora